

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0029-16, DE 01 DE SETEMBRO DE 2016.

Altera disposições da Lei Municipal nº 1.599, de 20-12-1988 – Código Tributário Municipal e dá outras providências.

Art. 1º O § 3º, do Art. 63, da Lei Municipal nº 1.599/88, de 20-12-1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 63. (...)
(...)”*

§ 3º O imposto a ser pago parceladamente obedecerá os seguintes prazos para pagamento:

1ª Parcela – Pagamento até o dia 10 de março de cada exercício.

2ª Parcela – Pagamento até o dia 10 de abril de cada exercício.

3ª Parcela – Pagamento até o dia 10 de maio de cada exercício.

4ª Parcela – Pagamento até o dia 10 de junho de cada exercício.

5ª Parcela – Pagamento até o dia 10 de julho de cada exercício.

6ª Parcela – Pagamento até o dia 10 de agosto de cada exercício.

7ª Parcela – Pagamento até o dia 10 de setembro de cada exercício.

*8ª Parcela – Pagamento até o dia 10 de outubro de cada exercício.
(...).”*

Art. 2º O § 2º, do Art. 186, da Lei Municipal nº 1.599-88, de 20-12-1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 186. (...)
(...)”*

§ 2º Poderá o Prefeito, no uso de suas atribuições, mediante requerimento da parte interessada parcelar o débito já lançado em dívida ativa, até o máximo de 120

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

(cento e vinte) parcelas mensais, desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 40,00 (quarenta reais).

(...).”

Art. 3º Acrescenta o § 5º, no Art. 186, da Lei Municipal nº 1.599-88, de 20-12-1988, com a seguinte redação:

“Art. 186. (...)

(...)

§ 5º O valor mínimo da parcela, estipulado no § 2º, do presente Artigo, será atualizado anualmente por Decreto, pelo mesmo índice de correção anual dos tributos municipais.

(...).”

Art. 4º O § 3º, do Art. 188-A, da Lei Municipal nº 1.599-88, de 20-12-1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.188-A. (...)

(...)

§ 3º Após a lavratura do protesto da(s) CDA(s) poderá o devedor requerer o parcelamento da(s) CDA(s) protestada(s), em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, acrescidas da correção monetária e juros legais, desde que efetue o pagamento de 20% (vinte por cento) do débito protestado, atualizado, a título de entrada.

(...).”

Art. 5º Revoga-se o § 4º, do Art. 63, da Lei Municipal nº 1.599-88, de 20-12-1988, com redação dada pela Lei Municipal nº 2.365-97.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 01 DE SETEMBRO DE 2016.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0029-16, DE 01 DE SETEMBRO DE 2016.

J U S T I F I C A T I V A

Estamos encaminhando a Vossas Senhorias, o presente projeto de lei que tem por finalidade alterar disposições do CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – Lei Municipal nº 1.599-88.

Uma das alterações na legislação tributária tem por objetivo a necessidade de atualização do valor mínimo da parcela mensal, na possibilidade de parcelamento dos débitos já inscritos em dívida ativa, tendo em vista que o referido valor mínimo (R\$ 25,00) não foi atualizado desde o exercício de 2012, sendo que deveria ser atualizado anualmente.

Também propõe-se a alteração no número de parcelas para pagamento do IPTU do exercício vigente, passando de 06 para 08 parcelas mensais, com vencimento da primeira parcela em 10 de março e a última em 10 de outubro de cada exercício. Tal alteração faz-se necessária pelo aumento do valor da taxa de lixo, que integra o carnê do IPTU, sendo assim, com um parcelamento maior facilitará o pagamento do tributo, além de um fracionamento maior na receita, se redistribuindo melhor os valores arrecadados pelo erário, fornecendo receita até o final do ano.

Não menos necessária é a alteração legislativa fiscal que objetiva a eficácia na cobrança via protesto cartorário, obrigando o agente passivo tributário que pretender parcelar o débito fiscal protestado a efetuar o pagamento de uma entrada de 20% do valor cobrado, para se evitar o protelamento, amenizando o custo de operação da cobrança.

Portanto, com a alteração da legislação, nos moldes ora apresentados, espera-se que facilite ao contribuinte e traga melhores resultados à Fazenda Pública.

Diante do exposto, encaminhamos aos nobres Edis o presente projeto de lei, pugnando pela aprovação, após o devido debate e apreciação por esta Colenda Casa Legislativa.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 01 DE SETEMBRO DE 2016.

GIL MARQUES FILHO

Prefeito